

bém, constante transferência de renda em benefício da classe senhorial.³⁹ Ela descarregava, assim, os efeitos das crises cíclicas do capitalismo, que lhe eram transferidos do exterior.

O imposto de importação, cobrado a uma taxa fixa de câmbio, reduzia o seu montante ao depreciar-se a moeda e impunha o recurso às emissões, que correspondiam a novo imposto, altamente regressivo. Para “defender o câmbio”, por outro lado, o Brasil contraía novos empréstimos, em condições sempre onerosas, gerando aquela associação conhecida entre empréstimos externos, *déficits* orçamentários, *déficits* na balança de trocas com o exterior, investimentos externos e seus lucros, mecanismo de câmbio e emissões, gerando a aparente complexidade que disfarçava a espoliação continuada da economia nacional.⁴⁰

A classe dominante brasileira, pois, entregara o mercado interno aos fornecedores externos porque produzia não para aquele mercado interno, mas para os externos. E transferia os ônus resultantes da subordinação ao exterior às classes e camadas inferiores, pelo uso e abuso das emissões, que desvalorizavam a moeda no interior, pela manipulação cambial, que a desvalorizava no exterior, numa fase em que comprávamos fora quase tudo o que necessitávamos, inclusive o que vestir, o que comer e o que usar. Na primeira metade do século XIX, quebrara duas vezes a paridade em relação à libra; conservaria tal paridade, na segunda metade, porque alcançava, com a manipulação cambial, os efeitos de que necessitava. A ligação, cada vez mais profunda, entre o latifúndio e o imperialismo, assim, data, a rigor, da fase pré-imperialista. Mas já as condições que o país apresentava sofriam gradual alteração, particularmente na me-

³⁹ “O processo de correção do desequilíbrio externo significa, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações”. (Celso Furtado: *op. cit.*, p. 196).

⁴⁰ “No período considerado, entre 1851 e 1890, o Governo brasileiro que, aos já citados e estudados empréstimos de 1824, 1825 e 1829, acrescentara os de 1839, no valor de 411.200 libras esterlinas, e de 1842, no valor de 732.600, toma, ainda, e sempre em libras esterlinas, os empréstimos de 1852, no valor de 1.040.600 libras, de 1857, no valor de 1.526.500 libras, de 1858, no valor de 508.000 libras, de 1859, no valor de 1.373.000 libras, de 1863, no valor de 3.855.300 libras, de 1865, no valor de 6.963.600 libras, de 1870, no valor de 3.459.600 libras, e de 1874, no valor de 5.301.200 libras, isto é, um total de 24.027.000 libras, entre 1851 e 1870. Somados aos 6.999.200 libras tomadas de 1824 a 1850, importava tudo em 31.026.200 libras esterlinas. Era, realmente, um encargo pesadíssimo, cujos efeitos seriam sentidos ao longo de todo o tempo, pois vimos que os primeiros empréstimos duraram, sem liquidação, até depois do advento da República e foram pagos em total várias vezes superior ao que fora tomado. Parcela considerável da renda nacional, pois era transferida ao exterior, por essa via, além de outras, a do comércio de mercadorias e a dos lucros dos investimentos estrangeiros, investimentos cercados de todas as garantias, cuja margem de risco ficava reduzida ao mínimo, praticamente anulada, e cujos resultados, aparentemente positivos para o país, conforme se apresentavam nos primeiros tempos, logo denunciavam o seu verdadeiro sentido e a profundidade de seus efeitos negativos”. (Nelson Werneck Sodré: *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964, p. 122/123).